

2022

CAIO PAIVA

DIREITO PENAL

PARTE ESPECIAL
NA JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ

- › Prte Especl do Códoo Penl notd com uldos e súmuls do STF e do STJ
- › Ms de 800 uldos resumdos
- › Nots explctvs sobre dverêncs entre o STF e do STJ


EDITORA
CEI

DIREITO PENAL

PARTE ESPECIAL
NA JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ

2022

CAIO PAIVA

DIREITO PENAL

PARTE ESPECIAL
NA JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ

- › Parte Especial do Código Penal anotada com julgados e súmulas do STF e do STJ
- › Mais de 800 julgados resumidos
- › Notas explicativas sobre divergências entre o STF e do STJ


EDITORA
CEI

SUMÁRIO

PRINCIPAIS ABREVIATURAS.....	43
NOTA DO AUTOR.....	45

TÍTULO I DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

CAPÍTULO I DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Art. 121

121.1. Femicídio em contexto de violência doméstica e familiar	48
121.2. Qualificadora do art. 121, § 7º, III	48
121.3. Compatibilidade do dolo eventual com as qualificadoras objetivas.....	49
121.4. Qualificadora do homicídio mercenário e aplicação ao mandante	49
121.5. Homicídio qualificado-privilegiado não é crime hediondo	49
121.6. Patamar de redução da pena do homicídio privilegiado	49
121.6. Imputação da causa de aumento do homicídio culposo.....	50
121.7. Inconstitucionalidade da legítima defesa da honra	50
121.8. Qualificadora do homicídio praticado com emprego de meio de que possa resultar em perigo comum.....	52
121.9. Incompatibilidade da qualificadora do meio cruel com o dolo eventual.....	52
121.10. Remoção de órgãos	53
121.11. Motivo fútil e discussão anterior entre autor e vítima	53
121.12. Ciúme e motivo torpe	53
121.13. Homicídio contra menor de 18 anos e exasperação da pena-base	54
121.14. Perdão judicial no homicídio culposo.....	54
121.15. Homicídio privilegiado e homicídio	54
121.16. Início da vida extrauterina.....	54
121.17. Crime praticado em plena luz do dia e exasperação da pena-base.....	54

121.18. Redução da pena pela tentativa de homicídio branca ou incruenta.....	55
121.19. Homicídio duplamente qualificado e <i>bis in idem</i>	55
121.20. Majorante do homicídio culposo e ausência de <i>bis in idem</i>	55
121.21. Admissibilidade simultânea do crime de provocação do aborto e do feminicídio majorado.....	55
121.22. Competência territorial.....	55
121.23. Homicídio na direção de veículo automotor.....	56
121.24. Homicídio decorrente da prática de “racha” e motivo fútil.....	57
121.25. Majorante do crime culposo e morte instantânea da vítima.....	57
121.26. Reiteração de golpes na vítima como meio cruel.....	57
121.27. Prova do crime de homicídio.....	57
121.28. Transmissão dolosa do vírus HIV.....	57
121.29. Fração da redução pelo homicídio privilegiado.....	58
121.30. Caracterização da qualificadora do perigo comum.....	58
121.31. Possibilidade de coexistência entre as qualificadoras do motivo torpe e do feminicídio.....	58
121.32. Prestação de socorro no homicídio culposo.....	58
121.33. Homicídio culposo decorrente de erro médico e necessidade de perícia.....	58
121.34. Exasperação da pena-base do homicídio culposo pelo intenso sofrimento da vítima.....	59
Art. 122	
122.1. Inadmissibilidade da provocação indireta do suicídio.....	60
Art. 123	
Art. 124	
124.1. Não recepção.....	60
124.2. Interrupção de gravidez de feto anencéfalo.....	60
124.3. Exame de corpo de delito indireto.....	60
Art. 125	
125.1. Admissibilidade simultânea do crime de provocação do aborto e do feminicídio majorado.....	61
Art. 126	
Art. 127	
Art. 128	

CAPÍTULO II DAS LESÕES CORPORAIS

Art. 129	
129.1. Deformidade permanente e cirurgia estética posteriormente ao crime.....	63

129.2. Lesão corporal grave e gravíssima no mesmo contexto	63
129.3. Lesão corporal grave e ausência de laudo pericial.....	64
129.4. Aplicação da majorante do § 9º em ambiente de trabalho	64
129.5. Perda de dentes como lesão corporal grave	64
129.6. Lesão corporal seguida de morte e ausência denexo causal	64
129.7. Aplicação da qualificadora do § 9º a homens	64
129.8. Violência doméstica contra a mulher e ação penal.....	65
129.9. Violência doméstica contra a mulher e pena restritiva de direitos.....	65
129.10. Violência doméstica contra a mulher e princípio da insignificância.....	65
129.11. Violência doméstica e familiar e coabitação	65

CAPÍTULO III
DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE

Art. 130	
Art. 131	
Art. 132	
Art. 133	
Art. 134	
Art. 135	
Art. 135-A	
Art. 136	

136.1. Diferença com o crime de tortura	67
---	----

CAPÍTULO IV
DA RIXA

Art. 137	
-----------------	--

137.1. Rixa e homicídio	68
-------------------------------	----

CAPÍTULO V
DOS CRIMES CONTRA A HONRA

Art. 138	
-----------------	--

138.1. Crimes contra a honra cometidos por meio de carta e ausência de <i>bis in idem</i> ...	68
138.2. Mera alusão ao <i>nomen iuris</i>	68
138.3. Calúnia e exercício da advocacia.....	69
138.4. É indispensável que o agente tenha conhecimento da falsidade da imputação....	69
138.5. Momento processual para apresentar a exceção da verdade em ações penais que tramitam perante Tribunais Superiores	69

138.6. Sustentação oral em exceção da verdade.....	70
138.7. Exceção da verdade oposta em face de autoridades públicas.....	70
138.8. Ônus da prova na exceção da verdade.....	70
138.9. Exceção da verdade e prescrição.....	71
138.10. Inépcia da peça acusatória.....	71
138.11. Início dos prazos prescricional e decadencial.....	71
Art. 139	
139.1. Pessoa jurídica como vítima.....	71
139.2. Difamação e pessoas públicas.....	71
139.3. Crime praticado por meio de publicação de vídeo no qual o discurso da vítima seja editado.....	72
139.4. Esposa tem legitimidade para propor queixa-crime contra autor de postagem que sugere relação extraconjugal do marido.....	72
139.5. Intenções que não configuram crimes contra a honra.....	72
139.6. Exceção da verdade e função pública.....	72
Art. 140	
140.1. Conversa ouvida acidentalmente pela vítima.....	73
140.2. Pena de injúria qualificada não é desproporcional.....	73
140.3. Ofensas recíprocas.....	73
140.4. Diferença entre injúria comum e a injúria prevista no Código Eleitoral.....	74
140.5. Imprescritibilidade da injúria racial.....	74
140.6. Caracterização do crime.....	74
140.7. Fato que consubstancia injúria qualificada e racismo.....	74
Art. 141	
141.1. Competência no crime contra a honra praticado por meio de publicação impressa e pela internet.....	75
141.2. Exceção da notoriedade e competência.....	76
Art. 142	
142.1. Homens públicos e crimes contra a honra.....	76
Art. 143	
143.1. Retração da calúnia.....	76
143.2. Retração parcial.....	77
Art. 144	
144.1. Determinação das vítimas.....	77
Art. 145	
145.1. Legitimidade concorrente.....	77

CAPÍTULO VI
DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL

SEÇÃO I
DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL

Art. 146	
Art. 147	
147.1. Consumação e competência.....	78
147.2. Elemento subjetivo.....	79
Art. 147-A	
Art. 147-B	
147-B.1. Irretroatividade.....	79
Art. 148	
148.1. Concurso entre os crimes de estupro e cárcere privado	80
148.2. Tentativa.....	80
148.3. Caracterização do crime	80
148.4. Crime permanente	81
148.5. Retenção do condutor do veículo roubado.....	81
Art. 149	
149.1. Independência de instâncias.....	82
149.2. Elementos inerentes ao crime e dosimetria da pena.....	82
149.3. Caracterização do crime.....	82
149.4. Tipo misto alternativo	82
149.5. Desnecessidade da violência física.....	83
149.6. Competência da Justiça Federal	83
149.7. Desnecessidade de restrição física da liberdade de locomoção.....	83
Art. 149-A	
149-A.1. Competência da Justiça Federal.....	85

SEÇÃO II
DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DO DOMICÍLIO

Art. 150	
150.1. Ingresso e permanência sem autorização em gabinete de delegado da polícia federal.....	86
150.2. Autorização do morador	86
150.3. Autorização feita por quem não é proprietário	86
150.4. Entrada forçada em domicílio.....	86

SEÇÃO III
DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DE CORRESPONDÊNCIA

Art. 151

151.1. O direito à inviolabilidade das comunicações não é absoluto 87

Art. 152

SEÇÃO IV
**DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE
DOS SEGREDOS**

Art. 153

Art. 154

Art. 154-A

Art. 154-B

TÍTULO II
DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

CAPÍTULO I
DO FURTO

Art. 155

155.1. Folhas de cheque como objeto material do crime de furto.....	90
155.2. Subtração de bens que se encontram no interior de veículo automotor mediante destruição ou avaria.....	91
155.3. Furto de água mediante fraude	91
155.4. Furto qualificado-privilegiado	91
155.5. Consumação	92
155.6. Majorante do repouso noturno e furto cometido em via pública	92
155.7. Majorante do repouso noturno e forma qualificada do crime de furto.....	92
155.8. Privilégio como direito subjetivo	93
155.9. Configuração da qualificadora do rompimento de obstáculo	93
155.10. Majorante do repouso noturno e vítimas acordadas no momento do crime.....	93
155.11. Fundamentação da escolha da pena no furto privilegiado	93
155.12. Valor do objeto do furto como circunstância judicial desfavorável	94
155.13. Majorante do repouso noturno e estabelecimento comercial ou residência desabitada	94
155.14. Exasperação da pena-base porque o réu agiu de forma sorrateira.....	94
155.15. Comprovação da qualificadora da escalada.....	94
155.16. Conceito de chave falsa	95

155.17. Aplicação da majorante do crime de roubo ao furto qualificado.....	95
155.18. Princípio da insignificância e bem de valor sentimental inestimável.....	95
155.19. Princípio da insignificância e objeto de valor superior a um salário mínimo	95
155.20. Furto mediante ingresso sub-reptício na residência da vítima e princípio da insignificância	96
155.21. Furto qualificado pelo abuso de confiança e princípio da insignificância.....	96
155.22. Reincidência e princípio da insignificância.....	96
155.23. Vigilância por meios eletrônicos e crime impossível	96
155.24. Parâmetro para reconhecer o privilégio.....	97
155.25. Furto de energia elétrica e pagamento do débito antes do recebimento da denúncia	97
155.26. Furto de sinal de TV por assinatura.....	97
155.27. Caracterização da qualificadora da destreza	97
155.28. Atipicidade do furto de uso	98
155.29. Continuidade delitiva entre furto e roubo.....	98
155.30. Parâmetro do valor para se reconhecer o furto privilegiado.....	98
155.31. Diferença entre furto mediante fraude e estelionato	98
155.32. Configuração da qualificadora da escalada.....	98
155.33. Furto mediante fraude e “chupa-cabra”	98
155.34. Furto mediante fraude eletrônica e competência	99
155.35. Furto de cartão de conta bancária que tinha a senha anotada junto a ele.....	99
155.36. Participação de menor inimputável e qualificadora do concurso de agentes.....	99

Art. 156

156.1. Representação.....	100
---------------------------	-----

CAPÍTULO II
DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Art. 157

157.1. Atos preparatórios impuníveis.....	101
157.2. Majorante do emprego de arma e ausência de apreensão.....	101
157.3. Arma de fogo sem poder para disparar	101
157.4. Princípio da insignificância	102
157.5. Roubo privilegiado	102
157.6. Simulação do poder de arma	102
157.7. Roubo impróprio e tentativa	102
157.8. Consumação do roubo impróprio	102

157.9. Majorante do concurso de pessoas e condenação por corrupção de menores....	103
157.10. Lucro fácil como motivo para exasperar a pena-base	103
157.11. Consumação do roubo próprio	103
157.12. Caracterização	103
157.13. Condenação pelo crime de associação criminosa e por roubo qualificado pelo concurso de agentes.....	103
157.14. Gravidade da lesão no crime de tentativa de latrocínio	104
157.15. Coautoria no crime de latrocínio	104
157.16. Concurso material entre os crimes de roubo e extorsão	104
157.17. Grave ameaça cometida verbalmente	104
157.18. Reconhecimento de mais de uma majorante	104
157.19. Concretização dos elementos da violência ou grave ameaça do crime de roubo.....	104
157.20. Exasperação da pena-base porque a vítima foi atacada quando estava dentro de um ônibus	105
157.21. Emprego de arma branca como fundamento para aumentar a pena-base	105
157.22. Constitucionalidade da majorante do roubo consumado por arma de fogo	105
157.23. Latrocínio com pluralidade de vítimas fatais	105
157.24. Diferença que roubo próprio e roubo impróprio.....	106
157.25. Inexistência de objeto de valor em poder da vítima	106
157.26. Arrebatamento de bolsa.....	106
157.27. Momento de considerar a majorante do concurso formal	106
157.28. Ameaça contra uma só pessoa	106
157.29. Coautoria com menor inimputável.....	106
157.30. Latrocínio e agente que não efetuou o disparo fatal	107
157.31. Concurso dos crimes de roubo e posse ilegal de arma de fogo	107
157.32. Consunção do crime de roubo pelo crime de latrocínio	107
157.33. Emprego de arma de fogo e majorante do crime de roubo	107
157.34. Ausência de restituição dos bens à vítima como fundamento para exasperar a pena-base	107
157.35. Dívida de táxi.....	108
157.36. Agente que tenta matar a vítima dolosamente e subtrair seus pertences	108
157.37. Concurso formal impróprio no latrocínio	108
157.38. Roubo de uso é crime.....	108
157.39. Perícia que constata a inaptidão da arma de fogo apreendida	108
157.40. Roubo no interior de ônibus e patrimônios diversos.....	109

157.41. Incidência da majorante do § 2º ao crime de roubo qualificado pelo resultado lesão grave	109
157.42. Um crime complexo.....	109
157.43. Sujeito passivo.....	109
157.44. Inexistência de bens materiais	109
157.45. Continuidade delitiva entre os crimes de roubo e latrocínio.....	110
157.46. Continuidade delitiva entre os crimes de roubo e furto	110
157.47. Continuidade delitiva entre os crimes de roubo e extorsão	110
157.48. Compreensão do termo “transporte de valores”	110
157.49. Transporte de automóvel para outro Estado ou país e incidência da qualificadora.....	110
157.50. Privação da liberdade realizada para assegurar o exaurimento do crime de roubo.....	110
157.51. Emprego de arma de fogo desmuniçada ou de simulacro.....	111
157.52. Emprego de arma de fogo inidônea	111
157.53. Consunção entre os crimes de porte de arma de fogo e roubo	111
157.54. Simulação de arma de fogo.....	111
157.55. Compreensão da qualificadora do § 3º	111
157.56. Continuidade delitiva entre os crimes de latrocínio e extorsão	112
157.57. Confissão somente da subtração do bem	112
157.58. Crime de roubo e estelionato seguinte que não configura fato impunível	112
157.59. Competência para julgar o crime de latrocínio	112
157.60. Consumação do crime de latrocínio.....	112
157.61. Aumento na terceira fase da dosimetria da pena no crime de roubo circunstanciado	113
157.62. Diferença entre os crimes de roubo e extorsão	113
Art. 158	
158.1. Ameaça de destruição do bem.....	113
158.2. Configuração da grave ameaça	113
158.3. Concurso material entre os crimes de roubo e extorsão	114
158.4. Extorsão mediante mal espiritual	114
158.5. Competência para julgar o crime na modalidade “falso sequestro”	114
158.6. Incidência da majorante do § 1º no caso da extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima	114
158.7. Natureza formal.....	115
158.8. Monitoramento por policiais após a consumação.....	115
158.9. Ausência de saldo no banco.....	116

158.10. Aplicação das majorantes	116
158.11. Pena cominada ao § 3º e princípio da proporcionalidade.....	116
158.12. Diferença entre os crimes de extorsão e estelionato	116
158.13. Diferença entre os crimes de roubo e extorsão	116
Art. 159	
159.1. Consumação	117
159.2. Coexistência dos crimes de extorsão mediante sequestro majorado pelo concurso de pessoas e da associação criminosa	117
159.3. Delação premiada	117
159.4. Privação de liberdade por tempo exíguo	118
159.5. Circunstâncias que autorizam a exasperação da pena-base	118
Art. 160	
160.1. Cheque pré-datado como objeto material	118

CAPÍTULO III
DA USURPAÇÃO

Art. 161	
161.1. Esbulho possessório, sistema financeiro de habitação e competência	119
161.2. Esbulho possessório de assentamento de terras do Incra e competência	119
161.3. Invasão de propriedades para o fim de reforma agrária	119

Art. 162

CAPÍTULO IV
DO DANO

Art. 163	
163.1. Patrimônio público e princípio da insignificância	120
163.2. Destruição de acessões feitas em terras indígenas.....	122
163.3. Dano contra o patrimônio do Distrito Federal	122
163.4. Violência ou grave ameaça no crime de dano qualificado	123
163.5. Dano à cela para fuga do preso e elemento subjetivo	123
163.6. Dano qualificado e meios de execução	123
163.7. Prejuízo da vítima e exasperação da pena-base	123

Art. 164

Art. 165

Art. 166

Art. 167

CAPÍTULO V
DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

Art. 168

168.1. Natureza do síndico a que se refere o § 1º, II	124
168.2. Descumprimento de obrigação contratual.....	124
168.3. Crime próprio.....	125
168.4. Consumação.....	125
168.5. Reparação do dano.....	125
168.6. Comprovação	125
168.7. Incomunicabilidade da majorante do § 1º	125
168.8. Prévia prestação de contas.....	125
168.9. Bem fungível.....	125
168.10. Fundação de direito privado e competência	126

Art. 168-A

168-A.1. Pagamento integral do débito tributário e extinção da punibilidade.....	127
168-A.2. Natureza material.....	127
168-A.3. Prisão por dívida	127
168-A.4. Dolo genérico	127
168-A.5. Descumprimento de lei municipal atinente a recolhimento a autarquia previdenciária	127
168-A.6. Insignificância.....	128
168-A.7. Efeitos da suspensão da exibilidade de crédito tributário na prescrição	128
168-A.8. Crime pluriofensivo	128
168-A.9. Prejuízo elevado e exasperação da pena-base.....	128
168-A.10. Continuidade normativo-típica.....	128
168-A.11. Retroatividade da Lei 9.983/2000.....	129
168-A.12. Suspensão do prazo prescricional	129
168-A.13. Prova da materialidade.....	129
168-A.14. Continuidade delitiva e empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial	129
168-A.15. Continuidade delitivas entre os crimes de apropriação indébita previdenciária e sonegação de contribuição previdenciária	130
168-A.16. Inépcia da denúncia.....	130
168-A.17. Continuidade delitiva	130
168-A.18. Inexigibilidade de conduta diversa.....	130
168-A.19. Adesão ao REFIS.....	130

Art. 169	
169.1. Distinção com o crime de estelionato.....	131
169.2. Crime permanente.....	131
169.3. Correios, propriedade do bem e competência	131

Art. 170

CAPÍTULO VI
DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Art. 171

171.1. Crime contra a economia popular por pirâmide financeira e identificação de algumas vítimas.....	133
171.2. Ação penal e retroatividade.....	133
171.3. Obtenção de forma indevida de benefício previdenciário junto ao INSS em favor de terceiro.....	134
171.4. Estelionato qualificado-privilegiado	134
171.5. Vantagem ilícita.....	134
171.6. Estelionato judicial	135
171.7. Cheque pré ou pós datado e ausência de fraude.....	135
171.8. Exasperação da pena-base	135
171.9. Reparação do dano	136
171.10. Estelionato previdenciário e princípio da insignificância.....	136
171.11. Consunção entre os crimes de falso e de estelionato.....	136
171.12. Abuso de confiança.....	136
171.13. Alteração no medidor de energia elétrica	136
171.14. Estelionato qualificado e princípio da insignificância	136
171.15. Atipicidade da “cola eletrônica”	136
171.16. Estelionato previdenciário: permanente para o beneficiário e instantâneo de efeitos permanentes para o agente que pratica a fraude	137
171.17. Estelionato previdenciário em continuidade delitiva.....	138
171.18. Aplicação da Súmula 554 do STF ao estelionato em seu tipo fundamental.....	138
171.19. Natureza formal do crime do art. 171, § 2º, V	138
171.20. Emissão de cheque como garantia de dívida	139
171.21. Sujeito passivo.....	139
171.22. Consumação	139
171.23. Tentativa	139
171.24. Estelionato privilegiado.....	139

171.25. Diferença entre furto mediante fraude e estelionato	139
171.26. Resultado duplo	140
171.27. Crime impossível	140
171.28. Venda premiada.....	140
171.29. Oferta de serviços por telefone	140
171.30. Estelionato previdenciário e independência de instâncias	140
171.31. Benefício restabelecido por decisão judicial	140
171.32. Tempo de percepção do benefício e dosimetria.....	141
171.33. Atestado médico falso e dosimetria.....	141
171.34. Estelionato previdenciário e reparação do dano	141
171.35. Confiança da vítima e dosimetria.....	141
171.36. Tentativa de estelionato consistente em tentar receber valores relativos e precatório federal creditado em favor de particular e competência.....	141
171.37. Falsa promessa de compra de valores mobiliários	141
171.38. Crime de roubo e estelionato seguinte que não configura fato impunível	142
171.39. Advogado que, por meio de fraude, propões ações indenizatórias em nome de terceiros	142
171.40. Estelionato por meio de emissão de cheque sem fundos competência.....	142
171.41. Pagamento de cheque emitido sem fundos antes do recebimento da denúncia	142
171.42. Falso que se exaure no estelionato.....	143
171.43. Estelionato contra entidade autárquica da previdência social.....	143
171.44. Falsificação de cheque e competência.....	143
171.45. Utilização de papel moeda grosseiramente falsificado.....	143
171.46. Estelionato praticado mediante falsificação das guias de recolhimento das contribuições previdenciárias e competência.....	143
Art. 172	
172.1. Configuração do crime.....	143
172.2. Coautoria e participação	144
172.3. Negativação do nome da vítima e dosimetria	144
Art. 173	
Art. 174	
Art. 175	
175.1. Competência	144
Art. 176	
Art. 177	
Art. 178	
Art. 179	
179.1. Caracterização do crime.....	146

CAPÍTULO VII
DA RECEPÇÃO

Art. 180

180.1. Objeto do crime	147
180.2. Habitualidade	147
180.3. Exasperação da pena-base em razão do valor do prejuízo	147
180.4. Aplicação da majorante do § 6º	147
180.5. Caracterização do crime de receptação qualificada	147
180.6. Busca de lucro fácil é elemento inerente ao crime de receptação	148
180.7. Majorante do § 6º e bens dos Correios.....	148
180.8. Condenação no delito antecedente.....	149
180.9. Consumação	149
180.10. Finalidade da qualificadora do § 1º.....	149
180.11. Impossibilidade de condenação simultânea pelos crimes de roubo e receptação do mesmo bem.....	149
180.12. Isenção de pena do autor do crime antecedente	149
180.13. Crime permanente na modalidade oculta.....	149
180.14. Princípio da insignificância	150
180.15. Perdão judicial e ato infracional	150
180.16. Autonomia da receptação	150
180.18. Natureza do crime antecedente	150
180.19. Presunção quanto à origem criminosa do bem	150
180.20. Advogado e ausência de imunidade	151

Art. 180-A

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 181

181.1. Escusa absolutória e paternidade socioafetiva	151
--	-----

Art. 182

Art. 183

182.1. Furto e relação entre tio e sobrinho.....	152
--	-----

TÍTULO III
DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

CAPÍTULO I
DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Art. 184	
184.1. Adequação social.....	153
184.2. Comprovação.....	153
184.3. Princípio da insignificância.....	154
184.4. Crime permanente.....	154
184.5. Competência.....	154

Art. 185

Art. 186

CAPÍTULO II
DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO

Art 187

Art 188

Art. 189

Art. 190

Art. 191

CAPÍTULO III
DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Art. 192

Art. 193

Art. 194

Art. 195

CAPÍTULO IV
DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL

Art. 196

TÍTULO IV
DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Art. 197

Art. 198

Art. 199

Art. 200

Art. 201

Art. 202	
Art. 203	
	203.1. Pagamento de salário a menor..... 158
Art. 204	
Art. 205	
	205.1. Exercer a advocacia com a inscrição na OAB suspensa..... 158
Art. 206	
Art. 207	

TÍTULO V
**DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO
E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS**

CAPÍTULO I
DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO

Art. 208

CAPÍTULO II
DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Art. 209	
Art. 210	
Art. 211	
	211.1. Homicida que, para ocultar o cadáver, apaga vestígios de sangue..... 159
	211.2. Crime permanente na forma ocultar..... 160
	211.3. Caracterização do crime e concurso com o homicídio..... 160
Art. 212	

TÍTULO VI
**DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL
(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)**

CAPÍTULO I
**DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL
(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)**

Art. 213	
	213.1. Configuração da grave ameaça no crime de estupro161
	213.2. Laudo pericial não esclarecedor161
	213.3. Importância da palavra da vítima161
	213.4. Exasperação da pena-base161
	213.5. Fornecimento de droga como meio para a prática do crime de estupro161
	213.6. Exasperação da pena-base por abuso de confiança161

213.7. Retroatividade da Lei 12.015/2009.....	162
213.8. Configuração do beijo lascivo como estupro.....	162
213.9. Um tipo misto alternativo.....	162
213.10. Compreensão de ato libidinoso.....	163
213.11. Comprovação da idade da vítima.....	163
213.12. Impotência momentânea e crime impossível	163
213.13. Irrelevância do comportamento da vítima	163
Art. 214	
Art. 215	
Art. 215-A	
Art. 216	
Art. 216-A	
216-A.1. Relação entre professor e aluno	164

CAPÍTULO I-A

(Incluído pela Lei nº 13.772, de 2018) **DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL**

Art. 216-B

CAPÍTULO II

DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL **(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)**

Art. 217

Art. 217-A

217-A.1. Consumação	166
217-A.2. Estupro sem contato físico entre agente e vítima	166
217-A.3. Erro de tipo em relação à idade da vítima	166
217-A.4. Valoração negativa das circunstâncias do crime pela criação de uma relação falsa de amizade	167
217-A.5. <i>Modus operandi</i> e regime inicial fechado	167
217-A.6. Vítima incapaz, presunção de violência e inaplicabilidade do crime de importunação sexual.....	167
217-A.7. Trauma causado à vítima	167
217-A.8. Caracterização da vulnerabilidade da vítima.....	168
217-A.9. Vulnerabilidade decorrente do estado de sono.....	168
217-A.10. Consentimento da vítima.....	168
217-A.11. Não se exige conjunção carnal	168
217-A.12. Irmã como garantidora.....	169

217-A.13. Impossibilidade de desclassificar para o crime de importunação sexual	169
217-A.14. Vítima amarrada com as mãos para trás	169
217-A.15. Continuidade delitiva	170
217-A.16. Revogação do art. 9º da Lei dos Crimes Hediondos	171
217-A.17. Síndrome do segredo.....	171
217-A.18. Contemplanção lasciva.....	171
217-A.19. Experiência sexual anterior e eventual homossexualidade.....	171
Art. 218	
Art. 218-A	
218-A.1. Configuração do crime	172
218-A.2. Vítima bebê e desenvolvimento da dignidade sexual.....	172
Art. 218-B	
218-B.1. Inexigência da figura do terceiro intermediador	173
218-B.2. Não se exige relacionamento sexual habitual	174
218-B.3. Sujeito passivo.....	174
218-B.4. Vulnerabilidade aferida pelo critério biológico ou etário.....	174
Art. 218-C	

CAPÍTULO III
DO RAPTO

Art. 219	
Art. 220	
Art. 221	
Art. 222	

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 223	
Art. 224	
Art. 225	
225.1. Vulnerabilidade temporária e ação penal.....	175
225.2. Violência real.....	176
Art. 226	
226.1. Crime de estupro praticado por bisavô	177

CAPÍTULO V
**DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO
OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL**
(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

Art. 227	
Art. 228	
228.1. Caracterização do crime.....	178
Art. 229	
229.1. Tipicidade e adequação social.....	178
229.2. Prisão em flagrante.....	178
229.3. Exigência de exploração sexual	178
229.4. Ausência de relacionamento sexual das aliciadas no momento da fiscalização..	179
Art. 230	
230.1. Rufianismo e casa de prostituição	179
230.2. Ganho decorrente de atividades diversas da prostituição.....	179
Art. 231	
Art. 231-A	
Art. 232	
Art. 232-A	

CAPÍTULO VI
DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR

Art. 233	
233.1. Prática do ato obsceno para uma criança	180
233.2. Liberdade de expressão	180
Art. 234	
234.1. Adequação social.....	181

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS
(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Art. 234-A	
234-A.1. Aumento da pena pela gravidez	182
Art. 234-B	

TÍTULO VII
DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

CAPÍTULO I
DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO

Art. 235	
235.1. Falsidade ideológica e princípio da consunção.....	182
Art. 236	
Art. 237	
Art. 238	
Art. 239	
Art. 240	

CAPÍTULO II
DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO

Art. 241	
Art. 242	
Art. 243	

CAPÍTULO III
DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR

Art. 244	
244.1. Ausência de comprovação do elemento normativo “sem justa causa”	184
244.2. Caráter procrastinatório da ação civil	184
Art. 245	
245.1. Concurso entre os crimes de abandono material e entrega de filho menor a pessoa inidônea	185
Art. 246	
Art. 247	

CAPÍTULO IV
DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA CURATELA

Art. 248	
Art. 249	

TÍTULO VIII
DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

CAPÍTULO I
DOS CRIMES DE PERIGO COMUM

Art. 250	
-----------------	--

250.1. Crime de perigo concreto	186
250.2. Elemento subjetivo	187
250.3. Majorante do fato de se tratar de casa habitada ou destinada à habitação.....	187
250.4. Perícia.....	187
Art. 251	
251.1. Tipicidade	187
251.2. Incêndio e explosão	188
251.3. Furto e explosão	188
Art. 252	
Art. 253	
Art. 254	
Art. 255	
Art. 256	
256.1. Representante legal de empresa que contratou a realização de obra.....	189
Art. 257	
Art. 258	
258.1. Configuração dos crimes de perigo comum na forma qualificada.....	189
Art. 259	

CAPÍTULO II
**DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS**

Art. 260	
260.1. Bem jurídico	190
Art. 261	
261.1. Competência.....	191
Art. 262	
Art. 263	
Art. 264	
Art. 265	
Art. 266	

CAPÍTULO III
DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Art. 267	
Art. 268	
Art. 269	
Art. 270	
270.1. Objeto jurídico.....	193

Art. 271	
271.1. Derrogação pela Lei 9.605/98.....	194
Art. 272	
Art. 273	
273.1. Venda de drogas e medicamento de procedência ignorada.....	195
273.2. Inconstitucionalidade do preceito secundário.....	195
273.3. Tentativa de remessa de medicamento sem registro da ANVISA.....	196
273.4. Natureza permanente.....	196
273.5. Desnecessidade de perícia.....	196
Art. 274	
Art. 275	
Art. 276	
Art. 277	
Art. 278	
Art. 279	
Art. 280	
Art. 281	
Art. 282	
282.1. Exercício da acupuntura.....	198
282.2. Crime de perigo abstrato.....	198
282.3. Concurso formal com o crime de tráfico de drogas.....	198
282.4. Absorção do crime de falso.....	198
282.5. Curandeirismo e exercício ilegal de arte farmacêutica.....	198
Art. 283	
Art. 284	
284.1. Curandeirismo e exercício ilegal de arte farmacêutica.....	199
Art. 285	

TÍTULO IX
DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

Art. 286	
286.1. Reunião privada.....	199
286.2. Caracterização do crime.....	200
286.3. Objetividade jurídica.....	201
Art. 287	
287.1. “Marcha da maconha”.....	201
287.2. Apologia de contravenção penal.....	201
Art. 288	
288.1. Identificação dos agentes.....	202

288.2. Condenação pelo crime de associação criminosa e por roubo qualificado pelo concurso de agentes.....	202
288.3. Autonomia dos crimes de associação criminosa e associação para o tráfico de drogas	202
288.4. Configuração do crime	202
288.5. Natureza permanente.....	203
288.6. Autonomia do crime	203
288.7. Basta que um membro seja imputável	203

Art. 288-A

288-A.1. Crime comum	203
288-A.2. Exasperação da pena-base.....	203

TÍTULO X
DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

CAPÍTULO I
DA MOEDA FALSA

Art. 289

289.1. Severidade da pena e princípio da proporcionalidade.....	204
289.2. Idoneidade relativa	204
289.3. Princípio da insignificância.....	204
289.4. Ilegalidade de prisão preventiva.....	205
289.5. Aplicação das agravantes do art. 61, II, <i>e e h</i>	205
289.6. Arrependimento posterior	206
289.7. Pluriofensivo	206
289.8. Crime formal e de perigo abstrato.....	206
289.9. Grande quantidade de cédulas	207
289.10. Utilização de papel moeda grosseiramente falsificado.....	207

Art. 290

Art. 291

291.1. Uso do maquinário	207
--------------------------------	-----

Art. 292

CAPÍTULO II
DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS

Art. 293

293.1. Desnecessidade de constituição definitiva do crédito tributário.....	209
---	-----

Art. 294

Art. 295

CAPÍTULO III
DA FALSIDADE DOCUMENTAL

Art. 296

296.1. Tipicidade.....210

296.2. Prova pericial210

Art. 297

297.1. Substituição da fotografia em documento de identidade.....211

297.2. Nota fiscal é documento particular211

297.3. Natureza formal.....211

297.4. Omissão de anotação em CTPS.....211

297.5. Prefeito que insere artigo em projeto de lei aprovado pela Câmara212

297.6. Contrato social212

297.7. Competência no caso do § 4º212

297.8. Documento público estrangeiro.....213

297.9. Prontuário médico de hospital municipal213

297.10. Insignificância do crime de descaminho e consequência para o crime-meio de falso.....213

297.11. Documento emitido pela União e competência213

297.12. Falsificação e uso213

297.13. Competência para julgar civil pelo crime de falsificação e de uso de documento falso quando se tratar da CIR ou da CHA214

Art. 298

298.1. Falsificação de declaração de pobreza214

298.2. Clonagem de cartão de crédito.....214

Art. 299

299.1. Início do prazo prescricional.....215

299.2. Inexistência de prejuízo declarada na esfera cível.....215

299.3. Inserção de dado falso no currículo lattes.....215

299.4. Declaração falsa em pedido de residência provisória.....216

299.5. Ocultação do verdadeiro importador das mercadorias.....216

299.6. Advogado que substitui folha da petição inicial.....216

299.7. Falsa declaração de hipossuficiência.....216

299.8. Crime formal, bem jurídico protegido e sujeito passivo216

299.9. Documentos digitais.....216

299.10. Declaração sujeita a confirmação217

299.11. Petição apresentada em juízo.....	217
299.12. Prestação de contas.....	217
299.13. Recibos falsos de contribuinte.....	217
299.14. Recibos falsos emitidos por médico.....	217
299.15. Contrato de doação.....	218
299.16. Atestado de óbito com conteúdo falso.....	218
Art. 300	
Art. 301	
301.1. Sujeito ativo.....	219
Art. 302	
302.1. Atestado de óbito com conteúdo falso.....	219
Art. 303	
Art. 304	
304.1. Natureza formal.....	219
304.2. <i>Post factum</i> impunível.....	220
304.3. Exame pericial.....	220
304.4. Falsificação e uso.....	220
304.5. Cópia sem autenticação.....	220
304.6. Descaminho como crime-fim.....	221
304.7. Falso grosseiro.....	221
304.8. Foragido e autodefesa.....	221
304.9. Efetiva utilização do documento.....	221
304.10. Competência e certificado falso de conclusão de ensino médio para ingresso em curso de vigilante.....	221
304.11. Competência para julgar civil pelo crime de falsificação e de uso de documento falso quando se tratar da CIR ou da CHA.....	222
304.12. Falso que se exaure no estelionato.....	222
304.13. Uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino e competência.....	222
304.14. Critério para definição da competência em razão da matéria.....	222
304.15. Uso de passaporte falso e competência.....	222
Art. 305	
305.1. Crime formal.....	222

CAPÍTULO IV
DE OUTRAS FALSIDADES

Art. 306

Art. 307	
307.1. Situação de alegada autodefesa	223
307.2. Apresentação de documento falso por exigência da autoridade	223
307.3. Tipicidade	224
307.4. Obtenção de vantagem	224
307.5. Caráter subsidiário	224
Art. 308	
Art. 309	
Art. 310	
Art. 311	
311.1. Não se exige elemento subjetivo especial	225
311.2. Veículo semirreboque.....	225
311.3. Adulteração de placa dianteira ou traseira do veículo.....	225
311.4. Trocar placa	225

CAPÍTULO V
(Incluído pela Lei 12.550. de 2011)
DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO
(Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

Art. 311-A

TÍTULO XI
DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I
DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Art. 312	
312.1. Prejuízo elevado e exasperação da pena-base.....	227
312.2. Obtenção de forma indevida de benefício previdenciário junto ao INSS em favor de terceiro.....	227
312.3. Funcionário público que se apropria das verbas pagas sem contraprestar os serviços	227
312.4. Particular como coautor do crime de peculato-furto	227
312.5. Uso de secretário parlamentar para prestar serviços de natureza diversa	228
312.6. Exasperação da pena-base pelo fato de o crime ter sido praticado por servidor do Poder Judiciário	228
312.7. Configuração do crime de peculato-desvio	228

312.8. Peculato-desvio por meio da nomeação de “funcionários fantasmas”	229
312.9. Peculato de uso	229
312.10. Advogado dativo como sujeito ativo do crime de peculato	229
312.11. Depositário judicial que vende os bens em seu poder.....	229
312.12. Estagiário de órgão público que apropria-se de valores.....	229
312.13. Peculato-desvio pela retenção de valores relativos a empréstimos consignados	230
312.14. Compreensão da expressão “posse”	230
312.15. Peculato-desvio e inexigência de que o desvio tenha se dado em proveito próprio.....	230
312.16. Crime pluriofensivo	231
312.17. Consumação do peculato-apropriação	231
312.18. Consumação do peculato-furto	231
312.19. Obtenção de vantagem ilícita.....	231
312.20. Servidor público que se apropria dos salários e não presta os serviços	231
312.21. Desvio de recursos de convênio e sua aplicação em finalidade diversa	231
312.22. Aprovação do Tribunal de Contas.....	232
312.23. Contratação de funcionária da própria empresa como secretária parlamentar..	232
312.24. Princípio da insignificância.....	232
312.25. Desvio de verba por prefeito e competência	232

Art. 313

Art. 313-A

313-A.1. Peculato-eletrônico.....	233
313-A.2. Continuidade normativo-típica	233
313-A.3. Funcionário não autorizado	233
313-A.4. Não se trata de crime patrimonial.....	233
313-A.5. Crime instantâneo.....	233

Art. 313-B

313-B.1. Violação do painel do Senado	234
---	-----

Art. 314

Art. 315

315.2. Emprego de verba pública em obra diversa da programada.....	234
315.3. Desvio de recursos de convênio e sua aplicação em finalidade diversa.....	234

Art. 316

316.1. Natureza formal.....	235
316.2. Exasperação da pena-base pela qualidade funcional do agente	235

316.3. Lucro fácil e cobiça como elementares do crime	236
316.4. Compreensão do crime de excesso de exação.....	236
316.5. Não pode ocorrer violência ou grave ameaça	236
316.6. Não ocorrência de crime impossível.....	236
316.7. Exasperação da pena-base pela condição de funcionário público e ausência de <i>bis in idem</i>	237
316.8. Tipicidade	237
Art. 317	
317.1. Ônus da prova sobre os elementos típicos	238
317.2. Natureza formal.....	238
317.3. Configuração do crime	238
317.4. Consumação na forma objetiva “receber”	238
317.5. Ausência de explicação razoável	239
317.6. Descrição específica do ato de ofício.....	239
317.7. Lucro fácil e cobiça como elementares do crime	239
317.8. Lavagem de dinheiro oriundo de corrupção passiva praticada pelo próprio agente	239
317.9. Inépcia da denúncia de corrupção ativa.....	239
317.20. Médico que cobra do paciente um valor para utilizar sua máquina particular	239
317.21. Desnecessidade de vinculação com prática, omissão ou retardamento de “ato de ofício”	240
317.22. Autonomia entre os crimes de corrupção passiva e lavagem de capitais	241
317.23. Agente que não solicitou, mas recebeu vantagem indevida	241
317.24. Corrupção passiva imprópria	241
317.25. Antecedente ou subsequente	241
317.26. Mais de uma solicitação	242
317.27. Crime cometido por membro do Ministério Público e exasperação da pena-base.....	242
Art. 318	
318.1. Competência	242
Art. 319	
319.1. Delineamento do crime	242
319.2. Demora na condução de processo de <i>impeachment</i>	243
319.3. Configuração do crime	243
319.4. Disposição expressa de lei.....	243
Art. 319-A	
Art. 320	

320.1. Caracterização do crime.....	244
Art. 321	
321.1. Crime próprio, formal e de concurso eventual	244
Art. 322	
322.1. Lei de Abuso de Autoridade	245
Art. 323	
Art. 324	
Art. 325	
Art. 326	
Art. 327	
327.1. Cargo comissionado sem antes possuir vínculo com a administração	246
327.2. Exercício de função em sociedade de economia mista e em empresa pública.....	246
327.3. Natureza de majorante do § 2º.....	246
327.4. Dirigentes de organização social como funcionários públicos para fins penais	247
327.5. Médico particular em atendimento pelo SUS.....	247
327.6. Majoração da pena de agente detentor de mandato eletivo	247
327.7. Juiz federal como funcionário público para fins penais.....	247
327.8. Comunicação da majorante do § 2º.....	247
327.9. Aplicação da majorante do § 2º ao Chefe do Poder Executivo.....	248
327.10. Advogado dativo	248
327.11. Depositário judicial.....	248
327.12. Administrador de Loteria	248
327.13. Estagiário de órgão público.....	248
327.14. Dirigentes de autarquias	249
327.15. Mero exercício de mandato parlamentar	249
327.16. Padres destacados pela FUNAI equiparam-se a funcionários públicos.....	249

CAPÍTULO II
**DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL**

Art. 328	
328.1. Tipicidade	249
328.2. Crime comum	250
328.3. Competência	250
Art. 329	
Art. 330	
330.1. Descumprimento de condições de prisão domiciliar	250

330.2. Inexecução de ordem emanada de servidor público	250
330.3. Descumprimento de ordem de juiz para não usar celular durante audiência....	251
330.4. Descumprimento de ordem de parada.....	251
330.5. Exposição a pagamento de multa diária.....	251
330.6. Configuração do crime.....	252
330.7. Ordem encaminhada via postal.....	252
330.8. Recusa de Defensor Público-Geral de requisição judicial de nomeação de defensor	252
330.9. Descumprimento de ordem de oficial de justiça	252
330.10. A ordem precisa ser dirigida a quem tem o dever de obedecê-la.....	253
330.11. Omissão	253
330.12. Funcionário público como sujeito ativo	253
330.13. Acordo judicial	253
330.14. Requisição de servidor público	253
Art. 331	
331.1. Compatibilidade com o direito à liberdade de expressão	253
331.2. Recepção do crime de desacato	254
331.3. Convencionalidade	254
331.4. Forma de injúria	254
331.5. Elemento subjetivo.....	254
331.6. Retirada do plenário	254
331.7. Crime de forma livre	255
331.8. Funcionário público como sujeito ativo	255
331.9. Advogado como sujeito ativo	255
Art. 332	
332.1. Atipicidade da conduta do “comprador de fumaça”	255
332.2. Crime de ação múltipla ou conteúdo variado	256
332.3. Consumação.....	256
332.4. Irrelevância do sujeito passivo acreditar no poder de influência do agente	256
Art. 333	
333.1. Princípio da insignificância	256
333.2. Casal de detentos que oferece vantagem a carcereiro para usufruir o direito de visita íntima.....	257
333.3. Oferecimento de vantagem a servidor da Justiça Eleitoral.....	257
333.4. Interposta pessoa.....	257
333.5. Falta de identificação do funcionário público corrompido	257
Art. 334	

334.1. Majorante da prática do crime por meio de transporte aéreo, marítimo ou fluvial	258
334.2. Natureza formal	260
334.3. Aplicação do princípio da insignificância	260
334.4. Competência em razão da matéria	261
334.5. Competência territorial.....	261
334.6. Absorve a falsidade ideológica	261
334.7. Questão prejudicial externa.....	261
334.8. Absorção do crime de falso pelo descaminho.....	262
334.9. Bem jurídico	262
334.10. Exame pericial	262
334.11. Procedência da mercadoria.....	262

Art. 334-A

334-A.1. Majorante da prática do crime por meio de transporte aéreo, marítimo ou fluvial.....	263
334-A.2. Princípio da insignificância	265
334-A.3. Importação de arma de pressão	265
334-A.4. Competência em razão da matéria.....	265
334-A.5. Importação de colete à prova de balas.....	265
334-A.6. Importação de arma de pressão por ação de gás comprimido	266
334-A.7. Exame pericial	266
334-A.8. Bem jurídico.....	266
334-A.9. Tributos iludidos	266
334-A.10. Dosimetria e quantidade de mercadorias.....	266
334-A.11. Pneumáticos	267
334-A.12. Produtos terapêuticos ou medicinais	267
334-A.13. Máquinas para exploração de jogos de azar	267

Art. 335

Art. 336

Art. 337

Art. 337-A

337-A.1. Elemento subjetivo.....	268
337-A.2. Atenuante inominada.....	269
337-A.3. Consumação	269
337-A.4. Descumprimento de obrigação acessória	269
337-A.5. Prefeito como sujeito ativo	269
337-A.6. Elevado prejuízo e exasperação da pena-base	269

CAPÍTULO II-A
(Incluído pela Lei nº 10.467, de 11.6.2002)
**DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA
A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA**

Art. 337-B
Art. 337-C
Art. 337-D

CAPÍTULO II-B
DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
(Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-E
Art. 337-F
Art. 337-G
Art. 337-H
Art. 337-I
Art. 337-J
Art. 337-K
Art. 337-L

337-L.1. Crime formal..... 272

Art. 337-M
Art. 337-N
Art. 337-O
Art. 337-P

CAPÍTULO III
DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Art. 338

338.1. Crime permanente.....274
338.2. Exame do mérito do decreto de expulsão274

Art. 339

339.1. Consumação274
339.2. Denúncia caluniosa e depoimento perante o Ministério Público..... 275
339.3. Bem jurídico protegido..... 275
339.4. Exigência de dolo direto 275
339.5. Não se admite dolo eventual..... 275
339.6. Tipicidade 276
339.7. Determinação do crime 276
339.8. Investigação não instaurada 276
339.9. Indiciamento..... 276

339.10. Direito de petição e não configuração do crime	276
339.11. Advogado	276
339.12. Instauração de sindicância administrativa.....	276
339.13. Processo administrativo na OAB.....	277
Art. 340	
Art. 341	
Art. 342	
342.1. Configuração do crime de falso testemunho e ausência de prestação de compromisso.....	277
342.2. Prescrição no processo em que teria havido a prática do crime	278
342.3. Advogado como partícipe do crime de falso testemunho.....	278
342.4. Mãe e representante legal da vítima como sujeito ativo.....	278
342.5. Falso testemunho em processo cível	278
342.6. Natureza formal.....	279
342.7. Teoria subjetiva.....	279
342.8. Dispensa de qualquer procedimento investigativo prévio	279
342.9. Carta precatória	279
342.10. Desnecessidade de sentença no processo em que ocorreu o falso testemunho	279
342.11. Ausência de responsabilização da testemunha pelo crime de falso testemunho..	280
342.12. Autoincriminação	280
342.13. Falso testemunho em processo trabalhista e competência.....	280
Art. 343	
343.1. Consumação	280
343.2. Oferecimento posterior ao depoimento	281
Art. 344	
344.1. Natureza formal	281
344.2. Simples contato de familiares do réu com testemunhas	281
344.3. Coação a testemunhas no contexto de procedimento de investigação criminal do Ministério Público.....	281
344.4. Concurso material de crimes	282
344.5. Finalidade específica	282
344.6. Perda do emprego.....	282
344.7. Ameaça de persecução cível	282
Art. 345	
345.1. Consumação.....	283
345.2. Prostituta que arranca cordão de cliente que não quis pagar o programa	283
Art. 346	

346.1. Constitucionalidade da parte final do preceito primário.....	283
Art. 347	
347.1. Não configuração do crime.....	284
347.2. Homicida que, para ocultar o cadáver, apaga vestígios de sangue	284
347.3. Crime comum e formal	284
Art. 348	
348.1. Auxílio para prestação de socorro médico ao criminoso.....	285
Art. 349	
349.1. Favorecimento real e coautoria no crime	285
Art. 349-A	
349-A.1. Ingresso na prisão com chip de celular	285
Art. 350	
Art. 351	
351.1. Concurso de agentes para facilitar a fuga de preso.....	286
351.2. Concurso de crimes.....	286
351.3. Carcereiro que liberta preso sem a pesquisa necessária	286
351.4. Menores internados em cumprimento de medida socioeducativa	287
351.5. Militar e promove ou facilita a fuga de preso e competência	287
Art. 352	
Art. 353	
Art. 354	
Art. 355	
355.1. Exigência de outorga de poderes.....	287
355.3. Configuração do crime de tergiversação	288
355.4. Tergiversação em processo trabalhista e competência	288
355.5. Exigência de conflito de pretensões.....	288
355.6. Advogado público e ausência do crime	288
Art. 356	
356.1. Advogado que atua em causa própria e deixa de devolver o processo.....	288
Art. 357	
357.1. Tipicidade	289
357.2. Prestígio direto ou indireto	289
357.3. Funcionário público imaginário.....	289
Art. 358	
Art. 359	
359.1. Decisão de natureza penal	289

CAPÍTULO IV
DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS
(Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Art. 359-A

Art. 359-B

Art. 359-C

359-C.1. Sujeito ativo 291

Art. 359-D

359-D.1. Remanejamento de verbas 291

359-D.2. Norma penal em branco e despesa legítima..... 291

Art. 359-E

Art. 359-F

Art. 359-G

Art. 359-H

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 360

Art. 361